

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
Tribuna de Bahia		
Data		
03/10/84		
Caderno		
Folha		
2º		
Seção		
Cidades		
Assunto		
Habitação		

Déficit de moradias é de 3,5 mi

Para tentar reverter o caos do sistema habitacional, secretários elaboram uma carta pedindo ajuda ao presidente



Um teto
Brasil de extremos: elevado déficit habitacional e milhares de imóveis encalhados

HILDETE SANTANA

O Brasil tem um déficit emergencial de 3,5 milhões de moradias. Para tentar anular esse quadro desolador, foi elaborada ontem no Fórum Permanente dos Secretários Estaduais de Habitação a Carta do Salvador. No encontro, que aconteceu nos últimos dois dias no Hotel Meridien, foram discutidas formas alternativas para solucionar o problema da habitação. Segundo o secretário da Habitação de São Paulo, Geraldo César Bassoli, um dos mais importantes itens do documento é a criação de um órgão central, com status de ministério, vinculado à Presidência da República, que seja responsável pela articulação e formulação da política habitacional de interesse social.

O documento será entregue ao presidente Itamar Franco, ao presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, à equipe de governo, à Câmara dos Deputados e aos governadores eleitos recentemente.

Para o secretário adjunto da Secretaria de Habitação de São Paulo, Fernando Gomes, a reunião representou um sucesso da-

do ao nível das discussões. "É necessário que se aprove, e isso foi discutido aqui, o substitutivo ao Projeto de Lei, número 311/88, aprovado em 30 de novembro, e que recria o Sistema Nacional de Habitação, após a desestruturação do setor com a extinção do BNH", explica.

Na Carta, os secretários fazem a recomendação para que seja dado tratamento de urgência na tramitação do substitutivo e que entre, o mais rápido possível, em discussão e votação. Há também o destaque da necessidade do órgão central de articulação e formulação da política habitacional se relacionar com os governos estaduais na implementação dos programas, sejam esses com recursos do orçamento ou do FGTS. A idéia é descentralizar, desburocratizar os mecanismos de liberação do FGTS para os estados e viabilizar as medidas que reduzam prestações, permitindo a venda de 250 mil casas encalhadas por estarem com prestações muito altas.

Os secretários são radicalmente contra a subtração de recursos do FGTS para qualquer outra entidade.